

METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A. - CNPJ (MF) 10.407.005/0001-97 - RELATÓRIO DA DIRETORIA: Prezados Senhores: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis desta sociedade, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Recife (PE), 30 de abril de 2025. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - EXPRESSO EM REAIS				RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS								
	2024	2023										
ATIVO	111.372.852	78.951.983	Outras Receitas	2.714.231	5.080.346	Aos Administradores e Colistas da METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S/A Recife - PE Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S/A, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva Imobilizado Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do normativo contábil NBC TG 1000 - Seção 17 - Ativo Imobilizado, empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "imobilizados". Consequentemente, não foi possível satisfazermos-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Entidade tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados. A Administração da Entidade não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado, (teste de impairem), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito a NBC TG 1000 - Seção 27 com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àquelas passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente, não foi possível mensurar os efeitos da não adoção dos normativos vigentes e respectiva análise de recuperabilidade. Notas explicativas As notícias explicativas apresentadas estão fora do padrão preconizado pelo RÉSOLUÇÃO CFC Nº. 1.185/09 e a NBC TG 1000 - Seção 08, não indicando em cada item das demonstrações contábeis a referência com a respectiva informação nas notas explicativas, ou seja, não foram indicadas a descrição comparativa dos exercícios de 2024 e 2023 das contas do balanço patrimonial, demonstrando o Caixa e Equivalentes de Caixa, as aplicações financeiras de liquidez imediata, os valores a receber, tributos a recuperar, despesas a apropriar, processos judiciais, depósitos judiciais, fornecedores, obrigações tributárias, provisões, financiamentos, debêntures, devendo constar os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes, a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livre de distorção relevante independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omisão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Recife, 22 de setembro de 2025.	2024	2023				
CIRCULANTE	53.478.117	27.083.418	Outras Receitas	2.714.231	5.080.346							
Disponibilidade	49.228.127	21.316.933	Lucro Antes do IRPJ e CSLL	5.527.088	3.579.394							
Outros Créditos	1.131.933	3.510.966	Contrib. Social e Imp. Renda	(1.920.390)	(824.971)							
Estoques	1.794.523	1.213.488	Lucro Líquido do Exercício	3.606.698	2.754.423							
Créditos Tributários	1.323.534	1.042.031	Lucro Líquido por Ação	0,307	0,234							
NÃO CIRCULANTE	57.894.735	51.868.565										
Realizável a Longo Prazo	162.280	171.889										
Depósitos Judiciais	162.280	171.889										
Investimento	2.347.752	19.954.034										
Imobilizado	55.384.903	31.742.642										
PASSIVO	111.372.852	78.951.983										
CIRCULANTE	41.072.794	22.073.522										
Fornecedores e Outras Obrigações	17.765.988	6.280.010										
Financiamentos Nacionais	6.795.000	0										
Obrigações Sociais e Tributárias	285.195	253.876										
Debêntures	8.380.152	8.380.062										
NÃO CIRCULANTE	55.493.673	44.915.533										
Financiamentos Nacionais	19.095.000	0										
Debêntures	27.120.695	37.090.579										
Outras Obrigações	1.887.823	2.355.192										
Passivos Fiscais Diferidos	7.390.155	5.469.765										
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.806.385	11.962.925										
Capital Social	11.762.060	11.762.060										
Reservas de Lucros	3.044.325	200.865										
Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0										
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO REFERENTE EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 EXPRESSO EM REAIS												
	2024	2023										
Receita Operacional Líquida	134.929.643	130.885.053										
Custo dos Serviços Prestados	(118.313.718)	(113.320.756)										
Lucro Bruto	16.615.925	17.564.297										
Despesas Administrativas	(7.424.308)	(8.695.456)										
Resultado Financeiro Líquido	(6.162.014)	(10.107.712)										
Despesas Gerais	(216.746)	(262.081)										
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE - EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - EXPRESSO EM REAIS												
	2024	2023										
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	8.761.200	0	RES. DE RET. DE LUCROS	LUC/PREJ	TOTAL							
			(0)	(1.865.615)	6.895.584							
				2.754.423	2.754.423							
				664	664							
				(137.721)	0							
				63.144	(63.144)							
				(688.606)	(688.606)							
				3.000.860	3.000.860							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11.762.060	137.721	63.144	0	11.962.926							
				3.606.698	3.606.698							
				122.429	122.429							
				(885.668)	(885.668)							
				(186.456)	0							
				2.657.003	(2.657.003)							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11.762.060	324.178	2.720.147	0	14.806.385							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023												
1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Metropolitana Empresa de Transporte Coletivo S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, seus atos constitutivos estão registrados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o nº 26.3.0004843-4, com sede e fone na cidade de Recife/PE, constituída em 02 de junho de 1975. Permissãoária do Consórcio de Transporte Metropolitano - CTM. Têm como objeto social a atividade econômica principal de Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Intermunicipal e Regional Metropolitana.												
2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS: Declaração e conformidade: As demonstrações financeiras e contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, bem como, nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em consonância com demais práticas e princípios contábeis adotados no Brasil, aplicadas nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor e apresentadas em Real que é a moeda funcional do país. As demonstrações financeiras e contábeis em 31 de dezembro de 2024 foram apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras e contábeis em 31 de dezembro de 2023.												
3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para a elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir: 3.1 - Reconhecimento da receita - Passageiro Transportado: A receita é reconhecida pelo regime de competência e considera o passageiro transportado nos ônibus em conformidade com os resultados apresentados pelo sistema de bilhetagem eletrônica. Receita financeira: A receita financeira oriunda de aplicações financeiras é calculada com base nos extratos fornecidos pelas instituições financeiras e considerada na DRE como receita financeira. Outras Receitas: Compreende os lucros na venda de bens do ativo imobilizado, o rendimento de participações societárias e receitas eventuais. 3.2 - Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido dos custos inerentes a sua transação podendo ser classificados no ativo, passivo ou lançados diretamente no resultado. Os direitos e obrigações estão demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos financeiros auferidos ou incorridos até a data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. 3.2.1 - Ativos financeiros circulantes e não circulantes: São disponibilidade, outros créditos e valores a receber. Disponibilidade: corresponde a dinheiro em caixa e equivalente de caixa. Caixa e equivalentes de caixa: São os valores em dinheiro que integram o caixa, o saldo bancário em conta-corrente, bem como, as aplicações financeiras de resgate imediato que são apresentados no balanço acrescido dos respectivos ganhos ou perdas e estão registrados no resultado do exercício. Outros créditos e valores a receber: Disponibilidade: corresponde a dinheiro em caixa e equivalente de caixa. Caixa e equivalentes de caixa: São os valores em												

Publicidade Legal - 3 de Outubro de 2025 - EMPRESA METROPOLITANA LTDA - Balanço pdf

Código do documento 27dc0cf8-342d-4172-b862-8b8c7a562cf7



Assinaturas



EDITORIA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100

Certificado Digital

fabiohenrique@folhape.com.br

Assinou

Eventos do documento

02 Oct 2025, 21:44:16

Documento 27dc0cf8-342d-4172-b862-8b8c7a562cf7 criado por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-10-02T21:44:16-03:00

02 Oct 2025, 21:44:32

Assinaturas iniciadas por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-10-02T21:44:32-03:00

02 Oct 2025, 21:44:43

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO

LTDA:01935632000100 Assinou Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.181.101.215 (179.181.101.215 porta: 10304). Dados do Certificado: CN=EDITORIA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2025-10-02T21:44:43-03:00

Hash do documento original

(SHA256):7f57f99c196c9a559004c0e473a16ed415625f46f665dbe929d56006abbb404b
(SHA512):36298cefe5f70ab5db9acacd9e727f66cad56082d1c082e8b21e365d8b39e6775b4f061bafb49479281b0f7f5c2c8ed51985cbeaece54bd24ecfd9106677a4ec

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.